



Congresso Nacional votou 29 vetos do presidente da República

Na quarta-feira (17), o Congresso Nacional votou 29 vetos presidenciais, 15 deles foram totalmente mantidos. Houve também vetos derrubados na íntegra e outros com parte dos dispositivos rejeitada e outra parte mantida. Houve ainda vetos cujas votações foram adiadas.

Foram derrubados vetos polêmicos, entre eles parte do Veto 48/2020, que abre caminho para o perdão de dívidas de entidades religiosas (em torno de 1 bilhão de reais). Outro derrubado foi o veto do presidente da República (VET 36/2020) ao projeto que concede indenização aos profissionais da linha de frente de combate à covid-19 (PL 1.826/2020). O texto resgatado pelos parlamentares prevê indenização de R\$ 50 mil para os profissionais que ficaram permanentemente incapacitados após a infecção.

O veto 48 também foi derrubado, resultado da pressão da categoria dos professores na luta pelos Precatórios do FUNDEF. A derrubada do Veto 48 na Câmara e no Senado, que impedia a subvinculação de 60% dos recursos dos precatórios para o Magistério, só virou realidade com a pressão nos parlamentares e articulações no colégio de líderes.

*Matéria completa no site Agência Senado
(com informações da Apeco)*

Inimigos dos Servidores Públicos

**DEPUTADOS DO CEARÁ QUE VOTARAM
CONTRA O SERVIDOR PÚBLICO**

IMPRESA/SINDFAZENDA

Manifestantes são presos por faixa 'Bolsonaro genocida' em protesto



Quatro manifestantes foram presos pela Polícia Militar do Distrito Federal por abrirem uma faixa com a frase "Bolsonaro genocida" na Esplanada dos Ministérios, na manhã desta quinta-feira (18). A faixa continha ainda uma suástica nazista. Segundo a polícia, eles foram levados por infringirem a Lei de Segurança Nacional (LSN).

Entre os detidos, estão os responsáveis pelo canal do YouTube Botando Pilha, inclusive o criador do site, o ativista Rodrigo Pilha. Erico Grassi, irmão de Rodrigo, disse que os manifestantes foram levados à Superintendência da PF. Ao chegarem ao local, tiveram apoio de parlamentares do PT. "Estamos num Estado de exceção já. Precisamos ficar atentos e alertas, sem ninguém soltando a mão de ninguém", lamentou Erico.

A prisão dos ativistas foi bastante criticada. Natalia Bonavides, deputada federal pelo Psol-RN, disse que a Polícia Federal está usando a LSN "para perseguir e prender opositores e manifestantes do presidente Jair Bolsonaro". A deputada federal e presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, disse que o partido acionou os advogados para acompanhá-los na Polícia Federal.

O professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Conrado Hubner classificou a ação como "milicartismo", numa referência ao regime de repressão a comunistas que vigorou nos Estados Unidos, nos anos 1950, auge da Guerra Fria. "Militantes do PT são presos por faixa contra Bolsonaro e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Está nas mãos de Gilmar Mendes, na ADPF 799, interromper essa violência diária. Um genocida está presidente", disse, citando a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental que questiona a constitucionalidade da LSN..

Matéria completa no site Rede Brasil Atual